



## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a etapa inicial do planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade caracterizar a necessidade administrativa, avaliar as alternativas disponíveis e demonstrar a viabilidade técnica, jurídica e econômica da solução proposta, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência.

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

O Conselho Regional de Fonoaudiologia da 7ª Região – CRFA7 é uma autarquia federal criada pela Lei nº 6.965/1981, responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de fonoaudiólogo em sua área de jurisdição.

Para o desempenho de suas atribuições legais, o CRFA7 realiza comunicações oficiais com profissionais e pessoas jurídicas, tais como notificações administrativas, comunicações processuais, autos de infração, cobranças administrativas, envio de documentos e outras correspondências institucionais.

Grande parte dessas comunicações exige comprovação formal de entrega, especialmente aquelas relacionadas a processos administrativos e ético-disciplinares, sendo imprescindível a utilização de serviços postais que assegurem rastreabilidade e Aviso de Recebimento (AR), garantindo a validade jurídica dos atos administrativos e a observância dos prazos legais.

#### 3. HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

O CRFA7 mantém contrato vigente com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, firmado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, cuja vigência se encerra em 17 de dezembro de 2025.

Referido contrato atingiu o prazo máximo de 60 (sessenta) meses previsto na legislação anterior, não sendo juridicamente possível a sua prorrogação. Dessa forma, torna-se necessária a instauração de novo processo de contratação, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar a continuidade dos serviços postais essenciais às atividades institucionais do Conselho.

#### 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Os serviços postais demandados pelo CRFA7 abrangem, entre outros:

- envio de correspondências oficiais e notificações administrativas;
- remessa de



## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

documentos e autos de processos administrativos; • expedição de comunicações com Aviso de Recebimento (AR); • envio de encomendas, SEDEX e correspondência agrupada; • demais serviços postais correlatos necessários ao funcionamento regular da Autarquia.

A eventual interrupção desses serviços comprometeria a regularidade das atividades administrativas, fiscalizatórias e processuais do Conselho, acarretando riscos à segurança jurídica e ao interesse público.

### 5. POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DA DEMANDA POR MEIOS PRÓPRIOS

A demanda não pode ser atendida por meios próprios, uma vez que o CRFA7 não dispõe de estrutura logística, pessoal especializado ou rede operacional capaz de executar serviços postais, tampouco de prover a comprovação formal de entrega exigida legalmente para atos administrativos.

### 6. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Foram analisadas as seguintes alternativas:

Conforme informações prestadas pela própria Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, os serviços postais típicos demandados pelo Conselho, tais como cartas simples, cartas registradas, Aviso de Recebimento (AR) e correspondência agrupada, são prestados em regime de exclusividade legal, nos termos da legislação postal vigente. Apenas os serviços de encomendas se caracterizam como concorrenciais no mercado.

Ressalte-se, entretanto, que os serviços de encomendas possuem caráter acessório e complementar em relação ao objeto principal da contratação, o qual se concentra na necessidade de realização de comunicações oficiais formais, que exigem comprovação de entrega, rastreabilidade e segurança jurídica. Dessa forma, o fracionamento da contratação não se mostra recomendável, por comprometer a padronização operacional, aumentar a complexidade administrativa e potencialmente elevar custos e riscos à execução contratual.

#### 6.1 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT

A ECT é a empresa pública federal responsável pela prestação dos serviços postais no território nacional, detentora de monopólio legal para serviços como cartas simples, cartas registradas e Aviso de Recebimento (AR), nos termos do art. 21, inciso X, da Constituição Federal e da Lei nº 6.538/1978.

Vantagens da solução:

- Cobertura nacional, inclusive em localidades remotas;
- Rastreabilidade e comprovação formal de entrega;



## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

- Segurança jurídica e conformidade com o marco legal dos serviços postais;
- Preços definidos por tabelas oficiais e amplamente adotadas pela Administração Pública.

### 6.2 Empresas privadas de logística e courier

As empresas privadas de logística e courier não possuem autorização legal para a prestação dos serviços postais monopolizados, especialmente aqueles que envolvem cartas registradas e Aviso de Recebimento (AR). Dessa forma, tais empresas não são capazes de atender, de forma integral e juridicamente válida, às necessidades institucionais do CRFA7, limitando-se, quando muito, à execução de serviços de encomendas.

### 6.3 Meios eletrônicos de comunicação

Os meios eletrônicos de comunicação constituem instrumentos auxiliares e complementares às atividades administrativas do Conselho, porém não substituem integralmente os serviços postais, uma vez que não asseguram, de maneira ampla e uniforme, a comprovação formal de recebimento exigida para determinados atos administrativos, especialmente aqueles relacionados a processos fiscalizatórios, ético-disciplinares e notificatórios.

Conclusão da análise de mercado:

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que não existem soluções viáveis que substituam integralmente os serviços postais prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Assim, a ECT configura-se como a única solução técnica e juridicamente adequada para atendimento da demanda do CRFA7.

## 7. Gestão de Riscos

Em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, foi elaborado Mapa de Gerenciamento de Riscos específico para a presente contratação, no qual foram identificados, analisados e classificados os principais riscos associados à contratação dos serviços postais, bem como definidas as respectivas medidas de mitigação.

O referido Mapa de Riscos integra o processo administrativo e demonstra que os riscos identificados são compatíveis com a natureza do objeto, classificados como reduzidos a moderados e plenamente administráveis, não comprometendo a viabilidade técnica, jurídica ou econômica da contratação.

## 8. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DA SOLUÇÃO

A contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT fundamenta-se na inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 75,



## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

IX, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade legal na prestação dos serviços postais típicos, tais como cartas simples, cartas registradas, Aviso de Recebimento (AR) e correspondência agrupada, conforme previsto na Lei nº 6.538/1978.

Embora determinados serviços de encomendas possam ser caracterizados como concorrenciais, estes possuem natureza acessória em relação ao objeto principal da contratação, não sendo suficientes para descaracterizar a inviabilidade de competição do conjunto da demanda.

Ademais, conforme orientação constante do Parecer Referencial CCA/PGFN nº 005/2024, é juridicamente cabível a contratação direta da ECT por inexigibilidade de licitação quando o objeto principal envolver serviços postais prestados em regime de exclusividade legal, desde que observados os requisitos procedimentais previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

### 9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Com base no histórico de consumo e nas necessidades administrativas do Conselho, estima-se o valor anual da contratação em aproximadamente:

**R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por ano, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o período de 5 anos.**

O valor possui caráter meramente estimativo, não implicando obrigação de consumo mínimo, uma vez que os serviços serão contratados sob demanda, conforme a efetiva necessidade administrativa do CRFA7.

### 10. VIGÊNCIA CONTRATUAL PRETENDIDA

A contratação terá vigência de 5(cinco) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço contínuo essencial ao funcionamento da Autarquia.

### 11. RISCOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Riscos identificados: • interrupção dos serviços postais em caso de não conclusão tempestiva da contratação; • impacto nas comunicações oficiais e nos prazos administrativos.

Medidas mitigadoras: • planejamento antecipado da contratação; • acompanhamento da execução contratual e controle do consumo dos serviços.



## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 7ª REGIÃO

### 12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços postais deverão observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 1/2010, especialmente quanto ao uso racional de recursos, redução de resíduos e adoção de práticas sustentáveis pela contratada.

### 13. CONCLUSÃO

A solução adotada encontra respaldo no Parecer Referencial CCA/PGFN nº 005/2024, que reconhece a possibilidade de contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT por inexigibilidade de licitação, quando caracterizada a exclusividade legal dos serviços postais essenciais, bem como a legitimidade da contratação integrada de serviços acessórios, desde que vinculados ao objeto principal.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

Mara Carniel Muniz  
Coordenadora Geral  
Membro da Comissão de Contratação

Marisol Vargas Gabrielli  
Assistente Administrativo  
Membro da Comissão de Contratação